

Funaro afirma que pacote não muda posição do Brasil com os credores

Belo Horizonte — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, garantiu ontem que o Brasil não mudará a sua posição com os credores internacionais, em função do novo pacote econômico. "A nossa posição continua a mesma anunciada em Seul", frisou. Essa posição é de não aceitar um programa recessivo para renegociar a dívida externa.

— Acho que, na realidade, temos de ter um entendimento nacional com os trabalhadores, e fazermos um novo plano de combate à inflação — prometeu Funaro, ao contestar a previsão do presidente da Abrasca — Associação Brasileira das Companhias Abertas, Paulo Setúbal, de que as medidas aprovadas pelo Congresso levarão o país, no segundo semestre de 1986, a uma inflação de 300%.

"Uma medida de choque neste momento pode ser extremamente desagradável. E, pior que isso, levar o país ao reinício do processo recessivo", declarou Funaro, ao descartar para o Brasil uma política semelhante à da Argentina. Funaro observou que os dois países têm características diferentes e, ainda, que a

Argentina conseguiu derrubar uma inflação de 1000%, mas sem a reativação da economia.

— O Brasil não estagnou e ainda criou 1 milhão 500 mil empregos. A economia está crescendo muito e estamos resolvendo os problemas sociais — disse Funaro, que veio a Belo Horizonte para uma palestra na FIEMG — Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. "Eu não aceito o Plano Austral para o Brasil", foi taxativo o ministro.

O ministro da Fazenda revelou que, na próxima semana, será publicado o orçamento da União para 1986 e, logo em seguida, encaminhado ao Fundo Monetário Internacional e aos credores do Brasil. Sobre o pacote econômico aprovado pelo Congresso, comentou que os assalariados não mais terão que financiar o déficit público. "Na sistemática proposta pelo pacote, nós vamos cobrar apenas o Imposto de Renda na fonte e não vamos exigir do assalariado nenhum tipo de empréstimo para financiar o déficit público", garantiu.

Disse que a tendência será de uma queda nas taxas de juros, o que responderá por uma diminuição de Cr\$ 35 trilhões no déficit público. A rigor, o ministro prevê que o déficit ficará em torno de 0,5%, contra 3% do PIB estimados antes do pacote.

Quanto à adoção de um índice único para reajustar salários e o câmbio, o IPCA, o ministro da Fazenda defendeu-a como sendo uma "medida correta" e que teve o apoio dos ex-ministros Octávio Gouvêa de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, durante a reunião do Conselho Monetário Nacional.

Sobre o plano de privatização das estatais, Funaro comentou que o governo está tentando "democratizar o capital" de suas empresas, como a Petrobrás e, futuramente, a Usiminas — quando seu papel ficar atraente para o mercado. O que ocorreu com a Petrobrás, explicou, é que o Executivo desejava reduzir a participação direta da União de 51% para 40%, elevando a do BNDES para 15%, o que não foi aceito pelo Congresso.